

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

LEONARDO PEREIRA BARROS LACERDA

**OS IMPACTOS ECONÔMICOS CAUSADOS PELA PANDEMIA DA  
COVID-19 NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA CIDADE DE  
RECIFE, PERNAMBUCO: UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA  
STUDIO PLATÃO**

Recife  
2021

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

LEONARDO PEREIRA BARROS LACERDA

**OS IMPACTOS ECONÔMICOS CAUSADOS PELA PANDEMIA DA  
COVID-19 NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA CIDADE DE  
RECIFE, PERNAMBUCO: UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA  
STUDIO PLATÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade Damas da Instrução Cristã, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração, sob orientação da Professora Andréa Karla Travassos de Lima.

Recife  
2021

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

- L131i Lacerda, Leonardo Pereira Barros.  
Os impactos econômicos causados pela pandemia da Covid-19 nas micro e pequenas empresas da cidade de Recife, Pernambuco: um estudo de caso da empresa Studio Platão / Leonardo Pereira Barros Lacerda. - Recife, 2021.  
53 f. : il. color.
- Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andréa Karla Travassos de Lima.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia - Administração) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2021.  
Inclui bibliografia.
1. Covid-19. 2. Micro e pequenas empresas. 3. Impactos econômicos. I. Lima, Andréa Karla Travassos de. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título
- 658 CDU (22. ed.) FADIC (2021.1-016)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

LEONARDO PEREIRA BARROS LACERDA

**OS IMPACTOS ECONÔMICOS CAUSADOS PELA PANDEMIA DA  
COVID-19 NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA CIDADE DE  
RECIFE, PERNAMBUCO: UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA  
STUDIO PLATÃO**

Defesa Pública em Recife, \_\_\_de \_\_\_de 20\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Orientador: Ms. Andréa Karla Travassos de Lima

---

Professor Convidado: Ms. Michele Bezerra Saito

---

Professor Convidado: Dr. Pedro Paulo Procópio de O. Santos

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à minha avó que viabilizou a minha graduação. A minha mãe que sempre apoiou as minhas decisões durante este período. E aos demais familiares que contribuíram com este processo.

Agradeço também ao meu amigo Thiago Souza, que abriu as portas de sua empresa para que eu desenvolvesse a minha pesquisa utilizando-a como objeto de estudo.

Agradeço à José Elisivaldo, amigo que se fez presente em todas as etapas do curso, cooperando na construção de diversos projetos, inclusive do presente trabalho. Aporte fundamental no meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Agradeço ao meu amigo Vinícius Rocha por ser prestativo em todos os momentos que precisei de ajuda para lidar com questões técnicas relativas ao uso dos programas utilizados no desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço ainda à minha orientadora Andréa Karla pelo apoio no desenvolvimento deste trabalho. E à professora Ana Lúcia que também trouxe contribuições extremamente relevantes.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar os impactos econômicos causados pela pandemia da Covid-19 nas micro e pequenas empresas na cidade de Recife, Pernambuco. Alinhado à proposta de analisar a seguinte problemática, quais impactos de ordem econômica, provenientes da pandemia da Covid-19, foram percebidos pelos pequenos negócios da cidade do Recife? Para esta discussão desenvolveu-se uma pesquisa fundamentada na revisão bibliográfica de materiais que tratam do assunto, além da realização de uma entrevista semiestruturada com o gestor da Studio Platão, microempresa localizada na cidade de Recife, Pernambuco. A partir dessa perspectiva, a construção teórica do trabalho, foi comparada com o contexto prático, visto pela realidade da empresa. Assim, pôde-se observar que o cenário de pandemia influenciou um desequilíbrio de alguns mercados da economia, que atrelado às medidas de gestão governamental, resultaram em uma conjuntura de instabilidade econômica. Esta, afetou drasticamente os pequenos negócios, que por operarem com uma margem financeira menor, estão mais suscetíveis às volatilidades da economia. Além disso, pôde-se perceber que não houve um alinhamento total entre as propostas do governo para mitigar os avanços da covid-19, e os micro e pequenos empresários na cidade do Recife. Em consequência disto, o cenário regional identificou um grave desaceleramento da economia.

**Palavras-chave:** Covid-19. Micro e pequenas empresas. Impactos econômicos.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Equilíbrio de Mercado .....	19
Gráfico 2 – Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2013 e 2020* .....	32
Gráfico 3 – Perda Ocupacional Por Características Individuais (2018 - 2020) em (%) .....	33
Gráfico 4 - Indicador de Demanda .....	35

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COVID-19 – *Corona Virus Disease 19*

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

OMS – Organização Mundial da Saúde

PIB - Produto Interno Bruto

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1.1 Justificativa</b> .....	12
<b>1.2 Objetivos</b> .....	12
1.2.1 Objetivo geral .....	12
1.2.2 Objetivos específicos .....	13
<b>1.3 Estrutura do Trabalho</b> .....	13
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	14
2.1 Micro e Macroeconomia .....	14
2.1.1 O Mercado .....	14
2.1.2 Demanda .....	16
2.1.3 Oferta .....	17
2.1.4 Equilíbrio de Mercado.....	19
2.1.5 Atuação do Setor Público em Nível Microeconômico .....	20
2.1.6 Contabilidade Nacional .....	22
2.1.7 Moeda .....	23
2.1.8 Inflação .....	25
2.1.9 Mercado de Trabalho e Desemprego .....	26
2.1.10 Governo .....	28
2.1.11 Políticas Econômicas .....	29
2.2 A Crise da Covid-19 no Brasil .....	30
2.2.1 Principais Impactos Econômicos da Crise no Brasil .....	32
2.2.2 Setores Mais Atingidos .....	34
2.3 Impactos Sobre os Pequenos Negócios e Trabalhadores Informais .....	35
2.4 Cenário Econômico do Recife Frente a Covid – 19 .....	36
2.5 Cenário Pós-Pandemia no Brasil .....	37
<b>3 MÉTODO</b> .....	40
<b>4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	42
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	46
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	48
<b>APÊNDICE A</b> .....	53

## 1 INTRODUÇÃO

Por volta de dezembro de 2019, foram registrados na China os primeiros casos de contração de uma nova variante do Coronavírus, uma família de vírus que afeta principalmente o sistema respiratório humano. Posteriormente, em fevereiro de 2020, a carga viral chega ao Brasil, e em meio às incertezas sobre as consequências que causaria e as formas disponíveis para combatê-la, instaurou-se um caos no país (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Em meio à situação em que o país se encontrava, o governo adotou medidas na área da saúde, educação, mobilidade urbana, economia, entre outras, com o objetivo de mitigar e desenfrear os impactos que vinham cada vez mais comprometendo estes setores no Brasil. Tendo em vista que não só as áreas sociais citadas acima, como todas as outras que são geridas ou não pelo poder público, estão diretamente relacionadas à economia. (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Uma alternativa disponível ao Governo Federal nesse momento seria, desenvolver políticas macroeconômicas com o intuito de proteger a economia nacional de forma ampla, e conter os impactos negativos nas economias regionais. Alguns exemplos de providências tomadas pelo governo em um primeiro momento foram: destinação de verba para manutenção do Programa Anti-desemprego; criação de um auxílio emergencial para pequenos empreendedores, trabalhadores informais e pessoas de baixa renda; redução da alíquota de importação de produtos hospitalares e destinação de crédito para micro e pequenos empresários (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Observando o contexto citado anteriormente, torna-se evidente que diversos fatores afetam a economia regional, dentre eles, a macroeconomia. As políticas macroeconômicas que por serem definidas em uma conjuntura nacional, parecem ser abstratas, acabam afetando diretamente toda população. Empresários as utilizam para desenvolver previsões de demanda, para precificar produtos e serviços, além de influenciarem o nível de inflação, as ações do banco central, etc. (MANKIWI, 2021).

Na economia, os bens e serviços são separados por categorias, formando assim os agregados econômicos, são estes: os investimentos, a exportação, a importação, e a organização de ativos monetários e financeiros. O estudo da macroeconomia nos possibilita entender a relação que os níveis de emprego e renda do país possuem com estes agregados. (GUIMARÃES, 2020). Portanto, entende-se que a fundamentação

teórica e prática da macroeconomia deve ser levada em consideração previamente ao processo de tomada de decisão nas organizações (VASCONCELLOS; GAMBOA; TUROLLA, 2017).

Os pequenos negócios, por possuírem uma margem de manobra de capital menor, quer dizer, possuírem um faturamento menor e conseqüentemente manusearem uma quantidade menor de capital, em comparação aos médios e grandes negócios, estes, tendem a sentir os impactos negativos de uma crise econômica de forma mais árdua, e acabam sendo mais suscetíveis às volatilidades do mercado decorrentes das políticas econômicas adotadas pelo governo em situação emergencial. (GERBELLI, 2020). Uma pesquisa feita pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), onde mais de nove mil empresários foram entrevistados durante a fase inicial da pandemia no Brasil, mais especificamente entre os dias 20 e 23 de março de 2020, constatou que mais de 89% dos micros e pequenos empresários registraram queda em seus faturamentos nesta fase (SEBRAE, 2020). Portanto, o presente estudo estrutura-se tendo como sua base de desenvolvimento o seguinte questionamento: quais impactos de ordem econômica, provenientes da pandemia da Covid-19, foram percebidos pelos pequenos negócios da cidade do Recife?

Torna-se evidente que diversos fatores como, a crise proveniente da pandemia, cujo dano observou-se brevemente na pesquisa feita pelo SEBRAE citada anteriormente, bem como, o desequilíbrio de mercado, a corrupção política, entre outros, afetam diretamente a gestão das organizações. Estes diferentes contextos passíveis de acontecimento, podem ser denominados de cenários. Portanto, cabe aos gestores, estruturar um plano de tomada de decisão, embasado nas informações que se tem a respeito da conjuntura econômica nacional, para que o processo decisório esteja alinhado à uma estratégia. (VASCONCELLOS; GAMBOA; TUROLLA, 2017)

Buscando a construção de uma pesquisa com embasamento teórico e aplicação prática, o presente estudo, irá analisar a empresa Studio Platão. Esta, faz parte do grupo de micro e pequenas empresas da cidade de Recife, e atua no ramo de serviços relativos à fotografia.

## **1.1 Justificativa**

O estudo da economia possibilita a construção de uma percepção sobre a forma como os agentes econômicos interagem por meio da produção, distribuição e consumo de bens e serviços, levando em consideração que os recursos são finitos (VASCONCELLOS; JÚNIOR; SAKURAI, 2015). Direcionar o desenvolvimento desta percepção pela ótica dos dois grandes grupos que compõem esta ciência, que são, a microeconomia e a macroeconomia, pode contribuir com a edificação de uma análise social relevante aos gestores de pequenos negócios, público-alvo do presente estudo (GOOLSBEE; LEVITT; SYVERSON, 2018).

A temática da pesquisa está diretamente relacionada à pandemia da Covid-19, fenômeno que influenciou mudanças no comportamento da população, em um âmbito global, agravando a crise econômica vivenciada no Brasil, além de impactar largamente o sistema de saúde brasileiro (CONTI, 2020). Faz-se relevante também, a utilização, como instrumento de análise, de um grupo social de extrema importância para o cenário econômico nacional, que são os pequenos negócios. Levando em consideração que estes representam a grande maioria das empresas brasileiras (SILVA; SILVA, 2020).

O presente estudo pode contribuir com os gestores de pequenos negócios, na elaboração de um plano de tomada de decisão, e no desenvolvimento de um panorama de um cenário futuro. Este, também pode ser significativo para estudantes acadêmicos das áreas de administração, economia ou afins. E por fim, pode estimular interessados pelos conteúdos abordados, a desenvolverem um estudo mais aprofundado.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

O objetivo geral do desenvolvimento do estudo é Identificar os Impactos Econômicos Causados Pela Pandemia da Covid-19 nas Micro e Pequenas Empresas na Cidade de Recife, Pernambuco.

### 1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos deste Trabalho de Conclusão de Curso são:

- a) Analisar como a lógica de mercado, por uma perspectiva micro e macroeconômica impacta os micros e pequenos empresários;
- b) Mensurar os impactos econômicos que os micros e pequenos empresários sofreram até o momento em consequência da pandemia da covid-19;
- c) Observar os setores da economia que foram mais afetados com a crise sanitária;
- d) Analisar o processo de tomada de decisão dos micros e pequenos empresários durante a pandemia.

### 1.3 Estrutura do Trabalho

Este trabalho está dividido em Cinco Capítulos. O Primeiro Capítulo apresenta a Introdução do estudo, subdividida em três partes, uma apresentação dos temas discutidos no referencial teórico, a justificativa pela qual a temática foi escolhida e os objetivos que serão discutidos na pesquisa.

No Segundo Capítulo tem-se o Referencial Teórico. Neste, foram tratados conceitos relativos à economia, cruciais para a discussão da temática do estudo. Bem como, a descrição do cenário brasileiro frente a Covid-19, e os impactos desta sobre os pequenos negócios, observando este contexto na cidade do Recife, Pernambuco.

O Terceiro Capítulo apresenta a metodologia utilizada na construção do presente estudo.

No Quarto Capítulo são apresentados e discutidos os dados coletados na pesquisa.

Por fim, o Quinto Capítulo traz as considerações finais, onde os principais resultados são consolidados, e é indicada a possibilidade de desenvolvimentos de futuros estudos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Cenário Econômico Sob a Ótica Micro e Macroeconômica

A economia é uma ciência social que estuda a forma como os recursos são distribuídos pelos agentes econômicos dentro de um determinado grupo, levando em consideração que os membros que compõem a sociedade possuem necessidades de consumo essenciais para sua sobrevivência e que os recursos são finitos (VASCONCELLOS; JÚNIOR; SAKURAI, 2015). As necessidades dos indivíduos podem ser divididas em dois grupos: as necessidades individuais e as coletivas. As individuais são aquelas que os indivíduos possuem independente de conviver com outras pessoas, como por exemplo, se alimentar e se abrigar. E as coletivas surgem justamente pelo fato de que o ser humano convive com outras pessoas, são essas: transporte coletivo e segurança pública, etc. (SILVA; BIRNKOTT; LOPES, 2018).

Pode-se dizer que duas grandes áreas do conhecimento compõem a economia, a microeconomia e a macroeconomia. A microeconomia é o ramo da economia que estuda o mercado baseando-se na relação de dois agentes, as empresas e os consumidores. Por essa ótica estabelece uma análise sobre como determinadas empresas agem em contextos regionais específicos, busca entender a reação dos consumidores na medida em que as empresas tomam decisões, etc. (GOOLSBEE; LEVITT; SYVERSON, 2018). Já a macroeconomia estuda a relação entre as variáveis macroeconômicas e o produto interno de determinado país. Ou seja, esta, busca interpretar as reações do produto interno do país mediante aos estímulos gerados pela oscilação da inflação, do desemprego, da taxa de juros, taxa de câmbio, etc. Com o intuito de entender a melhor forma de organizar essa interação e assim proporcionar o cenário econômico o mais próximo do ideal possível (LOPES *et al*, 2018).

Nos próximos subtópicos serão explicados e exemplificados os conceitos que determinam o mecanismo de funcionamento dos agentes dentro de uma relação microeconômica. Dessa forma, ficará mais nítida a forma como as decisões tomadas pelo governo e pelos agentes que compõem o mercado afeta negócios regionais.

#### 2.1.1 O Mercado

Para poder aprofundar em uma análise mais específica da economia e buscar entender como essa ciência observa seu objeto de estudo, que no caso é a sociedade

como um todo, deve-se antes entender alguns conceitos, um deles é o conceito e a forma como o mercado funciona. Quando se fala em mercado na economia, trata-se de grupos de compradores e vendedores de bens e serviços que interagem entre si, influenciados pelos princípios de oferta e demanda, com o intuito de satisfazer as necessidades de ambas as partes, a que quer ou precisa comprar algo, e a que tem algo para oferecer (MANKIW, 2017).

Existem diversas formas de se estabelecer um mercado, e algumas são mais organizadas e outras menos. Por exemplo, quando uma empresa de televisão decide comprar um novo programa para compor a sua grade de programação, geralmente, esta envia algum representante para uma feira onde outras empresas estão vendendo formatos de programas em um determinado local, em um horário pré-definido, de forma organizada. Porém, normalmente os mercados se formam naturalmente de maneira aleatória pela cidade. Pode-se considerar, por exemplo, o mercado de cachorro quente. As pessoas vendem, de forma independente, em pontos fixos ou móveis, no horário que preferem, pôr o preço que acham justo, ou seja, da forma como acham mais conveniente. Em ambos os casos existe a relação de compra e venda de um produto, portanto, trata-se de um mercado (MANKIW, 2017).

Levando em consideração o que foi dito no parágrafo anterior, pode-se observar que alguns mercados são mais simples de se formarem do que outros. Dessa forma, mercados mais simples tendem a ser mais competitivos. Mercados competitivos são aqueles que possuem tantos compradores e vendedores, que nenhum destes, de forma isolada, é capaz de influenciar o preço. Cada agente demanda ou oferta uma quantia tão pequena em comparação ao tamanho total do mercado que todos precisam aceitar e se adequar a lógica de preço que se estabelece de forma orgânica (CARVALHO, 2015).

Os mercados podem se enquadrar dentro de três grupos, de economia liberal, planificada ou mista. O que determinará aonde este se encaixa, é o nível de interferência que o governo possui sobre a economia. A economia liberal lida com questões do tipo, o que produzir, para quem produzir e quanto produzir, de forma livre, sem a interferência governamental. No modelo de economia planificada, os indivíduos possuem pouca liberdade e grande parte das decisões são tomadas pelo governo. Existe também o modelo de economia mista, onde há uma intervenção do estado, geralmente visando aquecer a economia, porém, as decisões do mercado são predominantes (CARVALHO, 2015).

A curva da demanda, que será explicada a seguir, possui uma grande influência sobre o funcionamento do mercado na prática. Entender as conceituações acerca da lei da demanda é fundamental para que se encontre coerência no comportamento do mercado.

### **2.1.2 Demanda**

As leis da oferta e da demanda influenciam diversas questões na lógica de funcionamento do mercado, como por exemplo, a quantidade a ser produzida de determinado produto e as noções de precificação. Geralmente, quando se estuda o comportamento dos agentes econômicos, a economia baseia-se na ideologia de dois princípios, o da otimização e o do equilíbrio (MILTONS, 2015). O princípio da otimização defende a ideia de que, as pessoas sempre buscam otimizar a sua qualidade de vida quando têm a oportunidade, e as empresas buscam sempre uma crescente lucratividade. E o princípio do equilíbrio se fundamenta na teoria de que o mercado está sempre se ajustando, isto é, os níveis de preços buscam um ponto onde a quantidade demandada possa acompanhar a quantidade ofertada e vice versa (VARIAN, 2015).

Demandar determinado bem ou serviço, significa desejá-lo. A demanda está relacionada à vontade de consumir um produto ou serviço para satisfazer uma necessidade. Se uma pessoa vê um produto em uma vitrine de uma loja qualquer e sente vontade de tê-lo, esta, passa a demandar aquele produto, caso decida entrar e comprá-lo, ela estará transformando a demanda em realidade (MILTONS, 2015).

Alguns fatores podem provocar oscilações na curva de demanda, são esses, o preço, o número de consumidores, a renda ou o poder aquisitivo do consumidor, os gostos pessoais de cada pessoa, e o preço de outros bens. O preço é um dos fatores mais importantes, pois dificilmente um consumidor aceita pagar um valor muito acima do que o que o mercado sugere, porém, muitos, sem sombra de dúvidas, comprariam um produto que está consideravelmente abaixo do valor de mercado. Se tudo se mantiver constante, quanto mais pessoas houver em um mercado, maior será a demanda pelo produto que o mercado oferece, por isso, o número de consumidores também é um fator relevante. O poder aquisitivo da população determina o comportamento que os consumidores terão frente ao mercado. A tendência natural é que, à medida em que alguém fique mais rico, este, passe a consumir uma quantidade maior de produtos, e opte por produtos mais caros, em detrimento dos produtos e



serviços mais baratos que consumia. O gosto pessoal de cada consumidor pode variar de acordo com a idade, a região que vive, o ciclo social que está inserido, a evolução da tecnologia, etc. (GOOLSBEE, 2018).

Essas variações implicam em alterações no comportamento de consumo, também impactando no movimento do mercado. Por fim, existe a influência gerada pelo preço dos bens chamados substitutos e complementares. Os bens substitutos são aqueles que podem substituir o produto ou serviço que alguém inicialmente demandava, como por exemplo, a margarina pode substituir a manteiga, ou vice-versa. Já os bens complementares, são aqueles que podem ser consumidos de forma conjunta, como pão e queijo, automóvel e combustível, entre outros (GOOLSBEE, 2018).

A teoria da demanda foi desenvolvida a partir das suposições sobre o comportamento dos consumidores frente ao mercado. Dessa forma, esta, leva em consideração que os consumidores possuem a necessidade de consumir, porém, possuem recursos finitos. Então, estes, buscam sempre a alternativa mais satisfatória dentro de suas condições (MILTONS, 2015).

Agora que já se pode entender a forma como a demanda impacta o mercado, será explicado o outro lado, o da oferta. Assim como a curva da demanda, a da oferta também determina a lógica de funcionamento do mercado. Os conceitos são muito parecidos, porém a influência gerada por cada um age de lados opostos.

### **2.1.3 Oferta**

Assim como a demanda, a oferta está relacionada a uma vontade. Diversos fatores podem influenciar as variações na curva de oferta, e igualmente a demanda, o preço é a variável mais relevante, porém, os preços de outros bens relacionados, isto é, bens utilizados na produção de bens, ou produtos e serviços semelhantes que podem substituir os que inicialmente seriam demandados, os preços dos fatores de produção, a evolução da tecnologia e as expectativas dos agentes frente ao mercado, são outros fatores que acabam influenciando a oferta (MILTONS, 2015).

Os fundamentos por trás dos fatores que determinam o mercado pela perspectiva da oferta são semelhantes aos que determinam a curva da demanda citados no subtópico anterior, entretanto, existem algumas diferenças, começando pelo preço. Se os produtores vendem seus produtos por um preço acima do preço de mercado e os lojistas compram, a tendência é que o desejo de ofertar o produto

aumente por parte dos produtores, contudo, o lojista tende a repassar o preço elevado para os consumidores, que dificilmente consumirão o bem mais caro, ocasionando uma superlotação de produto na loja. Um aumento no preço dos insumos e da tecnologia utilizada na produção também acarretará em um aumento no preço do produto, interferindo na curva da oferta. Se tudo se mantiver constante, um aumento na quantidade de produtores de um bem, faz com que cresça a oferta disponível deste. A oferta de produtos substitutos, levando em consideração os níveis gerais de preço de cada mercado, também pode impactar no equilíbrio do mercado (GOOLSBEE, 2018).

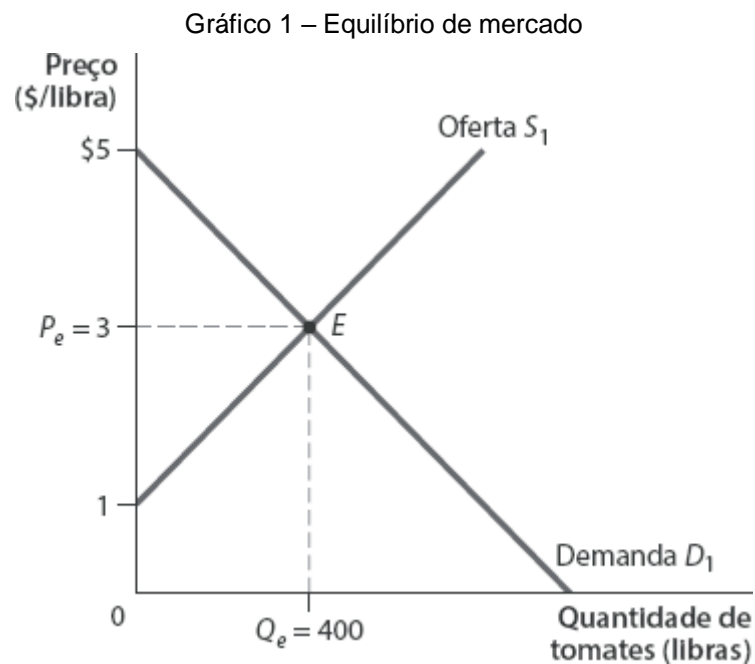
Como visto anteriormente, alguns mercados são mais organizados que outros, então, subentende-se que as pessoas possuem certa liberdade para ofertarem um produto ou uma prestação de serviços sem serem necessariamente submetidos a muitas restrições na maioria dos mercados. Pode-se utilizar como exemplo, os vendedores ambulantes, alguns feirantes e caminhoneiros, ou seja, grande parte dos trabalhadores autônomos e informais, ofertam o seu produto ou serviço da forma que lhe for mais conveniente, devendo apenas seguir as normas legais vigentes no país (CARVALHO, 2015).

Todos os exemplos citados acima, bem como toda e qualquer oferta que se enquadre dentro das características essenciais para a formação de um mercado, oferecem algo em troca de uma contrapartida financeira, que essencialmente resume-se em dinheiro. Aumentando a remuneração recebida, a tendência é que também cresça a oferta pelo bem, serviço ou fator de produção. Portanto, pode-se concluir que oferta nada mais é do que a quantidade de determinado bem ou serviço que pessoas estão dispostas a oferecer em troca de dinheiro, dentro de um intervalo de tempo. Segundo a lei da oferta, ao observar em um cenário onde tudo esteja constante, quer dizer, nenhum fator externo possa exercer influência, o aumento do preço ocasiona o aumento da quantidade ofertada e a diminuição do preço acarreta na diminuição da quantidade ofertada (CARVALHO, 2015).

Pode-se concluir então que as curvas de oferta e demanda geram um impacto sobre o equilíbrio do mercado. No próximo subtópico será explicado o que é de fato o equilíbrio de mercado e como forças que não geram necessariamente influencias sobre este, como o governo por exemplo, podem manipular o equilíbrio.

### 2.1.4 Equilíbrio de Mercado

Dentro da teoria econômica, equilíbrio, significa uma equivalência de desejos. Como dito antes, oferta e demanda representam aspirações. Portanto, o Gráfico 1 representa o ponto onde as quantidades ofertadas são iguais as demandadas, determinando assim, um preço de equilíbrio e conseqüentemente, um ponto de equilíbrio do mercado (GARÓFALO, 2016).



Fonte: Goolsbee, Levitt e Syverson (2018, p.23)

Entendendo os conceitos de oferta e demanda abordados anteriormente, pode-se entender a forma como o mercado se ajusta. Naturalmente, se tudo estiver acontecendo de forma constante, a tendência é que a oferta e a demanda busquem de forma contínua, um ponto de equilíbrio. Nesse ponto, a quantidade ofertada serão igual a quantidade demandada e o nível de preços se adapta de acordo com as condições do mercado (GOOLSBEE, 2018).

O grande problema por trás dessa ideia é que é impossível evitar todas as adversidades ou decisões que causam impacto negativo na economia, e esses impactos acabam interferindo nessa lógica de equilíbrio. Para exemplificar pode-se citar duas situações, uma onde um preço máximo é estabelecido pelo governo para determinado mercado, e outra, onde o preço mínimo é definido também pelo governo.

(MANKIW, 2017). Suponha que pressionado pela alta quantidade de reclamações, o governo decide determinar um preço máximo ao quilograma no mercado de pães de uma região. Nessa situação deve-se observar inicialmente qual é o preço de equilíbrio do mercado de pães antes da determinação do governo.

Se o preço determinado pelo governo for maior do que o preço de equilíbrio, na prática, a determinação não terá grande impacto na vida das pessoas, pois a quantidade demandada e a quantidade ofertada se ajustam abaixo do preço máximo, contanto que não haja um grande desequilíbrio. Porém, se o preço máximo for inferior ao preço de equilíbrio do mercado, isto é, o preço do quilograma do pão cai para um preço abaixo do que se costuma pagar, a decisão do governo acarretará em um excesso de busca pelo produto e uma escassez de oferta. A medida será maléfica para os produtores, que precisarão vender o pão por um preço inferior ao que vendiam, podendo afetar de forma negativa a gestão de um estabelecimento. E também será desinteressante para os consumidores, pois como a oferta não será suficiente para todos, isso pode ocasionar a formação de grandes filas nos pontos de venda, por exemplo (MANKIW, 2017).

Como exemplo de uma determinação do governo acerca da aplicação de preços mínimos, pode-se citar a adoção da política de salários mínimos (MANKIW, 2017). Em países onde a demanda por um emprego excede a oferta, se não existir uma política de salário mínimo, a tendência é que a remuneração dos trabalhadores pela atividade exercida seja baixíssima (VARIAN, 2015).

### **2.1.5 Atuação do Setor Público em Nível Microeconômico**

Existem algumas formas utilizadas pelo governo para intervir, com o objetivo de regulamentar e controlar, esse equilíbrio de mercado. Pode-se citar por exemplo, a cobrança de impostos e tributos, adoção de medidas que visam regulamentar os impactos causados pelas externalidades, fixação de preços máximos e mínimos, e o fornecimento e controle dos bens públicos e recursos comuns. Há uma lógica econômica e social por trás da cobrança dos impostos. É importante esclarecer alguns conceitos que ajudam a explicar como esta tributação impacta na vida das pessoas na prática (VASCONCELLOS, 2015).

Os impostos podem ser classificados em diretos e indiretos. Os impostos indiretos são aqueles que incidem sobre os preços das mercadorias, isso quer dizer

que, ao ir ao mercado e comprar algo, o preço que paga-se por cada produto é composto de um valor referente ao preço do produto frente ao mercado em que está inserido, mais os impostos que incidem sobre aquele produto (MILTONS, 2015). Este tipo de imposto é considerado regressivo em relação à renda, pois representa um impacto financeiro maior para a parte da população menos favorecida. O mesmo valor é cobrado de pobres e ricos no ato da compra (VASCONCELLOS, 2015). Enquanto os impostos diretos incidem sobre a renda de cada pessoa (MILTONS, 2015). Os impostos diretos são considerados progressivos pois são cobrados proporcionalmente ao nível de renda (VASCONCELLOS, 2015).

Como se está analisando o mercado sob uma ótica microeconômica, o foco será o estudo dos impostos que incidem sobre as vendas. Dessa maneira, fica mais nítido o efeito dos impostos sobre uma economia local. Os impostos que incidem sobre as vendas são divididos em dois grupos, imposto específico e imposto *ad valorem*. O imposto específico é um valor fixo cobrado por cada unidade de mercadoria vendida, independente do preço que esta for posta à venda. Já para o imposto *ad valorem*, determina-se uma alíquota fixa, ou seja, um percentual, sobre cada unidade de mercadoria vendida. Assim, se o valor da mercadoria aumenta, o valor do imposto também aumenta, ao contrário do imposto fixo (VASCONCELLOS, 2015).

O imposto sobre a venda de produtos causa um impacto financeiro negativo tanto para a parte que está ofertando o produto, quanto para a parte que está consumindo. Este tipo de imposto faz com que os produtores ou vendedores aumentem o preço do produto com o objetivo de amenizar esse sacrifício financeiro (CARVALHO, 2015). Caso não aumentem, passam a vender em menor quantidade, pois a mercadoria se torna mais cara. E por outro lado, também é ruim para os consumidores que passam a pagar mais caro pela mesma quantidade de produto que consumiam antes. A tendência é haja uma redução de procura pelo bem (VASCONCELLOS, 2015).

Antes de dar início ao próximo tópico, é importante deixar claro que a microeconomia não é composta apenas pelos conceitos abordados no presente estudo, da mesma forma que nem todos os conceitos que compõem a macroeconomia serão vistos. O fundamental é que se crie uma percepção prática de como os micro e pequenos empresários são impactados utilizando os fundamentos que já foram e os que serão vistos como base. Tendo isso exposto, a seguir, será

estabelecido o raciocínio acerca do funcionamento da economia pela ótica da macroeconomia.

### **2.1.6 Contabilidade Nacional**

Assim como as empresas, os países utilizam diversos índices para mensurar o nível de atividade econômica. A contabilidade nacional ou social é a área da macroeconomia responsável por dimensionar o desempenho da atividade econômica de um país, com o objetivo de identificar variações no padrão de vida da população, estabelecer relações entre os agregados macroeconômicos (produtos, rendimentos e despesas), e organizar a forma como o capital será distribuído através das políticas econômicas do governo (VASCONCELLOS; GAMBOA; TUROLLA, 2017).

Existem alguns princípios considerados pela contabilidade social. Primeiro, as contas medem apenas as transações correntes, isto é, ignora-se os bens que foram produzidos em um exercício anterior, em caso de transações destes, observa-se apenas a remuneração do vendedor. Segundo, as contas referem-se a um fluxo, que também estão dentro de um período, normalmente de um ano. Ou seja, os agregados macroeconômicos analisados possuem dimensão temporal, exemplo, os valores de exportações no ano x. Terceiro, a moeda é neutra, considerada apenas como unidade de medida e instrumento de troca. Isso significa que a contabilidade social não se preocupa com agregados monetários, como empréstimos e aplicações financeiras, mas sim com os agregados reais, que geram impacto nos níveis de produção e de renda (VASCONCELLOS, 2015).

O Produto Interno Bruto (PIB) é um dos principais índices utilizados para dimensionar a atividade econômica de um país. Este indicador é medido da seguinte forma, as empresas vendem produtos, utilizam o dinheiro das vendas para remunerar seus colaboradores, pagar aluguel, e distribuir o lucro entre os sócios. Assim, parte do dinheiro pode ser reinvestido na organização, outra parte vai parar o mercado, ou seja, acaba comprando os produtos e serviços de outras empresas, então cria-se um ciclo, onde o dinheiro flui entre famílias e empresas. Esse movimento é medido pelo PIB, que calcula a soma total das despesas das famílias ou a renda total paga pelas empresas. Portanto, o índice demonstra o valor de mercado de todos bens e serviços ofertados em sua forma final, que foram produzidos em um determinado país, dentro de um intervalo de tempo (MANKIWI, 2017).

Levando em consideração que muitos estudiosos alegam que o PIB não é um índice tão completo, porque não considera atividades como, os meios de economia informal, atividades ilegais e de consumo imputado, além do ônus consequente do desenvolvimento econômico, quer dizer, congestionamentos, degradação ao meio ambiente, etc., e também não se baseia nos níveis de desigualdade social, será exposto o conceito de outro indicador, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (VASCONCELLOS; GAMBOA; TUROLLA, 2017).

O IDH é analisado a partir do pressuposto que existem necessidades essenciais para que o ser humano se desenvolva no meio social, estas são, a longevidade, educação e renda. Assim, o índice identifica a expectativa de vida da população, medindo a longevidade e a saúde; a educação e o acesso ao conhecimento, através da média de anos de educação das pessoas que possuem mais de 25 anos, da expectativa estimada para crianças que estão ingressando na vida escolar; e o padrão de renda nacional, mensurado pela renda nacional bruta *per capita*, em paridade com o poder de compra constante, utilizando o dólar como moeda base, e 2005 como ano de referência (MILTONS, 2015).

Considerando o que foi tratado neste subtópico, acerca da forma como os índices são mensurados, e a utilidade destes, faz-se importante destacar o papel da moeda dentro de uma economia. Esta, influencia toda lógica econômico-social no contexto vivido no presente momento, inclusive os indicadores de bem estar social abordados.

### **2.1.7 Moeda**

Observando a evolução histórica da humanidade, percebe-se que nem sempre houve a presença da moeda. As comunidades primitivas geralmente viviam separadas umas das outras, e a produção era coletiva, plantio, caça, construção de materiais, etc. Dessa forma, o ser humano não necessitava de uma moeda para sobreviver, mas poderia trocar alguma habilidade por um produto ou serviço que desejasse, criando uma economia baseada em um sistema de troca internas eventuais. Porém, com o passar do tempo, a divisão de trabalho tornou-se cada vez mais especializada. Regiões e indivíduos passaram a receber uma notoriedade pelo desempenho em algumas atividades, então criou-se a necessidade de se estabelecer uma moeda com o objetivo de mensurar o valor para os produtos e serviços (GUIMARÃES, 2020).

No cenário atual, utiliza-se como dinheiro, a moeda emitida pela Casa da Moeda, e é através desta que são estabelecidos os valores dos bens e serviços (GUIMARÃES, 2020). As principais funções da moeda são:

(I) meio e instrumento de troca, pois num sistema econômico que se baseia na especialização e na divisão do trabalho, é fundamental que se estabeleça um instrumento que mensure o valor do trabalho envolvido na prestação de um serviço ou na construção de um produto. Se não existisse, o sistema se basearia na troca de favores ou de produtos, trazendo muito mais complexidade para a celebração de contratos de compra e venda, pois isso exigiria uma dupla coincidência de desejos, isto é, para obter um bem, você precisaria possuir exatamente o bem que o outro deseja, e encontrar alguém que deseje o bem que você possui.

(II) Unidade de medida, quer dizer, a moeda serve também para determinar o valor de um bem, assim, pode-se somar diferentes produtos. Sem essa lógica, ficaria difícil de separar o que vale mais do que vale menos. Por exemplo, vamos supor que o plantio de um determinado vegetal seja mais complexo do que o plantio de uma fruta qualquer, seria injusto trocar-se uma unidade do vegetal, por uma unidade da fruta. E por fim,

(III) serve como reserva de valor, ou seja, possuir moeda é possuir um direito sobre outras mercadorias, a pessoa que a detém, pode acumulá-la para usufruir quando desejar (VASCONCELLOS, 2015).

A evolução das relações econômicas, representada em dado momento da história da humanidade pelo desenvolvimento de moedas cujo valor pode ser mensurado, foi um fato que influenciou as relações mercadológicas, bem como a interação entre os agentes econômicos. Uma das consequências disto, foi o surgimento de novos problemas econômicos, ou mudanças nas características de questões já existentes. Um exemplo que pode ser citado como ilustração, é a inflação, que será explicada a seguir.



### 2.1.8 Inflação

Antes de definir a inflação, é importante que esteja claro o significado de nível geral de preços. O nível geral de preços no Brasil é calculado através de uma pesquisa feita por órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Fundação Getúlio Vargas, entre outros. Estas instituições calculam o índice da seguinte forma, separam uma amostra populacional representativa, de acordo com o nível de renda desta, e identificam padrões de consumo. Dessa forma, pode-se observar diariamente, semanalmente, mensalmente, etc., os valores que estão sendo estabelecidos no mercado para os produtos e serviços (LOPES *et al*, 2018). Tendo isso exposto, inflação é o termo utilizado para representar uma elevação generalizada e persistente no nível geral de preços. Quando os preços dos produtos de uma determinada região sobem, dentro de um intervalo de tempo, significando em uma perda de poder de compra, diz-se que há inflação (SAMPAIO, 2017).

As teorias sobre as causas da inflação são bem divididas entre as escolas ortodoxa e heterodoxa de economia. Para os ortodoxos, que são economistas que defendem ideologias mais populares, a inflação é consequência de um persistente excesso de demanda. Já para os heterodoxos, que são economistas que se opõem as ideologias ortodoxas, o mercado, no longo prazo, se ajusta ao excesso de demanda, pois como foi abordado anteriormente, a tendência natural é que o mercado busque o equilíbrio, então, é ilógico que o excesso de demanda provoque inflação. Os heterodoxos defendem a teoria de que a inflação é provocada por influencias sobre as variáveis que determinam os custos de produção (ALÉM, 2018).

Da mesma forma que os dois grupos se opõem acerca das causas da inflação, também divergem a respeito das medidas que podem ser tomadas para combatê-la. Os ortodoxos acreditam que a inflação pode ser combatida através de política monetária bem desenvolvida ou pelo ajuste fiscal, objetivando reduzir o excesso da demanda. Enquanto para heterodoxos as políticas anti-inflacionárias devem reduzir os custos do processo produtivo e incentivar a competitividade da economia (ALÉM, 2018). Diversos fatores podem influenciar a inflação em um país, e depois de estabelecida, esta, pode trazer uma série de consequências para a economia. Dentre estas, pode-se citar o desequilíbrio no mercado de trabalho. Por isso, serão expostos a seguir, os conceitos e funcionamento do mercado de trabalho, para que se entenda o valor que este mercado representa para a economia.

### 2.1.9 Mercado de Trabalho e Desemprego

Como para a maioria dos assuntos em economia, o mercado de trabalho pode ser analisado por diferentes pontos de vista, a depender da escola econômica que se utilize como referência. A escola clássica relaciona considera o mercado de trabalho estruturalmente semelhante aos demais mercados, ou seja, estuda-o a partir do comportamento da oferta e da demanda por trabalho (MILTONS, 2015). A demanda por mão de obra é determinada pelo comportamento da empresa. As empresas privadas visam sempre obter o maior lucro possível, isto é, maximizar os lucros. Pode-se dizer então que toda vez que o benefício de contratar um novo colaborador, representado pela contribuição que este agrega à empresa, for maior que o custo de sua contratação, composto pelo salário e encargos trabalhistas, teoricamente, é o momento em que a empresa deve contratar (VASCONCELLOS; GAMBOA; TUROLLA, 2017).

Todavia, as organizações possuem custos fixos e despesas fixas, que quando somados aos encargos provenientes da contratação de novos funcionários, reduzem os benefícios acrescidos ao aumento de produtividade trazido por estes. Portanto, fica evidente que existe uma linha tênue que separa o valor que a contratação de um funcionário agrega à organização e os sacrifícios financeiros ocasionados por este fato. Assim, subentende-se que quanto maior o salário e os encargos trabalhistas, menor será a quantidade de mão de obra contratada pelas empresas. Porque assim como os demais produtos e serviços que compõem os mercados, a demanda decresce à medida que o preço, ou custo de contratação neste caso, aumenta (VASCONCELLOS; GAMBOA; TUROLLA, 2017).

Para a escola clássica, a oferta de trabalho é dada pelos trabalhadores. E parte-se do princípio de que todo trabalhador busca maximizar sua saúde e bem-estar estabelecendo a melhor relação entre as horas de trabalho e de lazer. Levando em consideração que o trabalho não gera diretamente o prazer, mas o dinheiro que possibilita o consumo, fonte de bem estar, entende-se que quanto mais tempo o trabalhador dedica as atividades laborais, menor será o lazer deste. O salário real representa o poder de compra que o trabalhador possui frente ao mercado, levando em consideração o salário que recebe pelo trabalho exercido, que é o salário nominal. Então, supondo um aumento no salário real, tem-se duas situações. Primeira, um aumento na oferta de mão de obra, e conseqüentemente uma queda na demanda

pelo lazer. Segunda, um aumento de remuneração ao trabalhador, que acarreta em uma maior possibilidade de consumo, e em consequência, aumenta a demanda por lazer. A tendência é que um dos dois efeitos prevaleça a depender das especificidades de cada situação (MILTONS, 2015).

Pôde-se perceber que o padrão de vida da população de um país está diretamente ligado ao nível de empregabilidade. O desemprego ocasiona em uma perda de qualidade de vida no curto prazo, ansiedade e baixa autoestima no longo prazo, o que pode determinar mais disfunções na população (MANKIW, 2017). Porém, medir o nível de desemprego e tomar as providências necessárias não é uma tarefa tão simples, tendo em vista que existem muitas pessoas que exercem trabalhos informais, aposentados que desejam continuar trabalhando, pessoas que desistem de procurar emprego, etc. Ou seja, não há como mensurar exatamente a quantidade de pessoas que estão aptos ou fora da força de trabalho em um país (GARRATT, 2015).

Em um mercado de trabalho ideal, os salários se ajustam para que a oferta e demanda por trabalho atinjam o equilíbrio ou pleno emprego, isto é, um ponto onde todas as pessoas estejam empregadas. Porém, na prática não é exatamente assim que funciona, a taxa de desemprego nunca cai para zero, mas esta, pode ser reduzida a uma quantidade muito baixa e aceitável. E isso acontece por dois motivos, o primeiro é o desemprego friccional. Este, representa aqueles que estão desempregados por um período curto, levando em consideração que se leva um tempo para que as pessoas encontrem um emprego que se adeque aos seus requisitos. E o segundo, é o desemprego estrutural, que acontece quando a quantidade de empregos disponíveis é insuficiente para empregar todos que desejam. Isso pode ocorrer quando os salários estão fixados acima do nível de equilíbrio, por exemplo, pois dessa forma, mais pessoas desejam trabalhar, e as empresas contratam menos, como visto anteriormente (MANKIW, 2017).

Em seguida, será explicado o que é o governo, e o papel que este representa para a economia de um país. Através desta análise, pode-se estabelecer um vínculo entre a gestão governamental e a gestão corporativa, que facilita o entendimento da proposta de atuação do Governo.

### 2.1.10 Governo

O governo é um agente econômico que possui um papel fundamental na lógica de funcionamento de economias socialistas e capitalistas. Apesar de influenciar menos os países de economia capitalista, algumas políticas públicas são necessárias para que o modelo econômico se mantenha aquecido. Pois a gestão governamental visa equilibrar os mercados financeiros e produtivos, a fim de gerar capital para financiar a economia e estimular a produção de bens e serviços, visando satisfazer a necessidade de consumo da população. Portanto fica evidente que se trata de um papel complexo e passível de controvérsias, tendo em vista que nenhuma política macroeconômica é livre de ônus, cabe ao governante identificar a que acarretará um maior benefício para a maioria (SILVA, 2019).

Os gastos públicos são financiados basicamente pela arrecadação tributária e pelos créditos governamentais, que são os títulos de dívida pública (LOPES, 2018). Então, parte dos gastos é destinada à assistência social e ao cumprimento de funções básicas como, saúde, educação, habitação, transporte, saneamento básico, e manutenção de outros serviços públicos que atuam como reguladores das funções do Estado, como por exemplo, os poderes executivo, legislativo e judiciário, e as forças armadas. Outra parte dos gastos é destinada ao desenvolvimento de obras que não são do interesse da iniciativa privada, pois tratam-se de atividades com baixo retorno lucrativo, porém, elevado retorno social. Como por exemplo, projetos siderúrgicos, usinas de energia, etc. (GUIMARÃES, 2020).

O Congresso Nacional é o órgão responsável por estabelecer a organização prioritária dos gastos públicos. E a eficácia das políticas públicas adotadas são medidas através de índices, como os citados no subtópico 2.3.1 Contabilidade Nacional (PIB e IDH), que mensuram principalmente a diminuição da taxa de desemprego e o nível de bem-estar social da população (GUIMARÃES, 2020).

No próximo subtópico serão explicadas as decisões políticas no âmbito da economia, que o governo pode adotar, e as influências destas. Dessa maneira, poderá se perceber, na prática, como a atuação do governo faz-se presente na economia de um país.

### 2.1.11 Políticas Econômicas

Como dito no subtópico anterior, uma das principais funções do governo é promover um bem-estar social para a população. Na prática, isso é feito através do estabelecimento de políticas públicas, que variam de acordo com a ideologia de cada governante. As políticas econômicas representam as medidas adotadas pelo governo para a gestão da economia, que é uma das áreas que afeta diretamente o bem-estar populacional. Estas influenciam quatro mercados, o mercado de bens e serviços, o mercado de trabalho, o mercado financeiro, e o mercado cambial (SILVA; BIRNKOTT; LOPES, 2018). Com o objetivo de estabilizar os preços, gerar empregos, equilibrar as contas externas, no curto prazo, e no longo prazo, amenizar a desigualdade social e promover um crescimento econômico (VASCONCELLOS; GAMBOA; TUROLLA, 2017).

As principais políticas macroeconômicas são, política fiscal, política monetária, política externa e política de rendas. A política fiscal se refere as decisões do governo sobre as receitas e os gastos públicos. Através desta, o governo desenvolve três grandes funções, a função alocativa, que representa o fornecimento de bens e serviços que não são oferecidos pelo mercado adequadamente; a função distributiva, que trata da responsabilidade desempenhada pelo governo de atuar em prol da diminuição da desigualdade social; e por fim, a função estabilizadora, que está associada à busca de alternativas que visam controlar o nível de preços e empregos. Esta política pode seguir duas linhas de raciocínio, que são escolhidas a depender da situação econômica que o país se encontra, a expansionista e a contracionista. A política fiscal expansionista sugere uma redução nos tributos e em contrapartida um aumento de gastos públicos. Enquanto a política fiscal contracionista significa o exato oposto, isto é, um aumento de tributação e redução de gastos públicos (SILVA; BIRNKOTT; LOPES, 2018).

A política monetária é utilizada para controlar a quantidade de moeda, crédito e a taxa de juros na economia. E assim como a política fiscal, esta, também pode ser expansionista ou contracionista. A política monetária expansionista sugere um aquecimento da demanda no mercado, e isso é feito através de um aumento na quantidade de moeda e barateamento do crédito. Enquanto a política monetária contracionista visa reduzir a inflação, então se reduz a quantidade de moeda e aumenta-se o valor concebido ao crédito (LOPES *et al*, 2018).

A política externa representa as ações do governo associadas ao fluxo internacional do país. Esta, é composta de dois grupos, a política cambial, e a política comercial. A política cambial tem como seu principal mecanismo de influência, a taxa de câmbio. Que é basicamente o preço da moeda nacional em relação a uma unidade de uma moeda estrangeira. Essa taxa de conversão é um fator extremamente determinante no estabelecimento das decisões relativas à exportação e importação de bens e serviços (SILVA; BIRNKOTT; LOPES, 2018). Quanto maior a quantidade de moeda estrangeira no país, mais desvalorizada ela se torna em relação a moeda nacional, isso significa uma valorização da moeda nacional. Da mesma forma que quando se diminui a quantidade de moeda estrangeira no país, a moeda nacional torna-se desvalorizada em relação a esta (VASCONCELLOS; GAMBOA; TUROLLA, 2017). O segundo grupo das políticas que compõem a política externa, é o da política comercial. Este, refere-se a gestão governamental no desenvolvimento de medidas que estimulam ou desestimulam as importações e exportações (SILVA; BIRNKOTT; LOPES, 2018).

As políticas de renda são alternativas mais diretas e mais fáceis de serem notadas na prática, adotadas pelo governo para controlar os níveis de preços e salários da economia. Geralmente este tipo de política é adotada com o objetivo de combater grandes desequilíbrios nos mercados, e conseqüentemente a inflação. Um exemplo de política de renda presente no Brasil, é a determinação jurídica que estabelece um salário mínimo para todo território nacional (SILVA; BIRNKOTT; LOPES, 2018). Com esta prévia noção dos conceitos relativos à micro e macroeconomia, pode-se construir um melhor entendimento acerca da forma como o contexto de pandemia interferiu na relação dos agentes econômicos. No próximo tópico será visto um panorama da situação econômica do Brasil atualmente, destacando as vicissitudes de acontecimentos em decorrência da chegada da Covid-19.

## **2.2 A Crise da Covid-19 no Brasil**

A crise econômica vivida pelo Brasil no contexto atual, é fruto de uma série de outros momentos de conturbação política e econômica enfrentados pelo país, somados às conseqüências da pandemia. Desde o início do século, o Brasil sofreu com dois grandes impactos econômicos, a crise financeira de 2008, que em âmbito internacional, acarretou conseqüências negativas para grande parte dos países, e a

crise política que determinou o impedimento de Dilma Rousseff em 2016, a então presidente do país. Em um momento de recuperação econômica devido aos fatos citados, o Brasil no início de 2020 foi atingido pela pandemia da Covid-19, entrando novamente em um cenário de crise, porém, desta vez, em decorrência de uma doença cujo não se têm total certeza das alternativas que podem ser adotadas para combatê-la. Dessa forma, a crise vivenciada no presente momento, é responsabilizada por grandes conturbações de caráter sanitário, que influenciam praticamente todos os setores produtivos do país, e conseqüentemente, vai de encontro ao desenvolvimento econômico (ASAI; CÔRREA, 2020). Rapidamente a pandemia afetou o equilíbrio de mercado de diversos países que mantêm relações econômicas com o Brasil. Observando isto, por volta de março de 2020, o governo brasileiro incentivou o isolamento social com o objetivo de conter a propagação do vírus e evitar uma sobrecarga no sistema de saúde nacional (SILVA; SILVA, 2020).

Inicialmente, o governo brasileiro, juntamente aos estudiosos, previa alguns impactos com base no cenário mundial, eram estes, redução de exportações, e desvalorização do câmbio em relação à algumas moedas, principalmente o dólar; redução no preço das *commodities*; redução da cadeia produtiva de alguns setores; perda de poder aquisitivo da população, etc. Porém, com o avançar do tempo, e dando continuidade a cronologia da doença, as incertezas relacionadas a esta, foram se espalhando, e além dos impactos previstos, a redução da produtividade de alguns setores da economia, ocasionou um grave problema no mercado de trabalho, diversos negócios vieram a falir, pessoas perderam o emprego, e devido a este cenário o setor bancário também dificultou o acesso ao crédito (SILVA; SILVA, 2020).

Portanto, pôde-se observar que se iniciou no Brasil, uma crise consolidada a partir de três pilares, comportamental, sanitário e econômico. A crise comportamental originou-se da série de atitudes que passaram a ser cobradas da população, como usar máscara e manter o distanciamento social, medidas estas que não faziam parte da rotina do povo brasileiro anteriormente. Além da cobrança da população por agilidade, transparência, embasamento científico no combate à doença, e etc., para com os governantes. A crise sanitária ocorreu em decorrência da grande velocidade de propagação do vírus, que fez com que mais pessoas fossem aos hospitais, gerando superlotação, falta de materiais necessários para procedimentos, e de profissionais da área de saúde. Todos esses fatores citados, somados ao medo vivenciado pela população, mudanças de comportamento exigidas constantemente, redução da

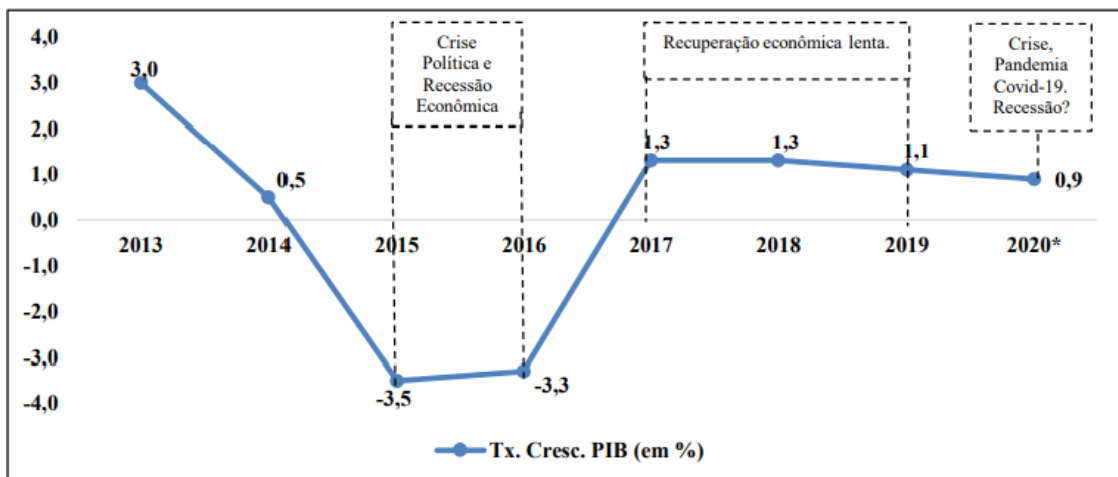
quantidade de pessoas em circulação nas ruas, e incertezas também por parte dos governantes, gerou uma grave crise econômica (CONTI, 2020).

O próximo tópico abordará os impactos da pandemia especificamente sobre a economia brasileira. Sob esta ótica, pode-se identificar, na prática, as flutuações em alguns índices responsáveis por dimensionar a conjuntura de contextos ou mercados da economia.

### 2.2.1 Principais Impactos Econômicos da Crise no Brasil

Como dito anteriormente, a crise vivida no Brasil, não decorre apenas da pandemia da Covid-19. Em 2015, o país sofreu com redução na taxa de investimentos de 13,9%, e 10,6% em 2016, enquanto a taxa de consumo caiu 3,9% em 2015, e 4,5% em 2016. As reduções nos níveis de investimento e consumo, podem representar entre outros fatores, um cenário político-econômico instável, e desconfiança da população acerca do sistema econômico do país. O Gráfico 2 a seguir representa o PIB do Brasil entre os anos 2013 e 2020 (ASAI; CÔRREA, 2020).

Gráfico 2 - Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2013 e 2020\*



Fonte: Asai e Côrrea (2020, p. 5)

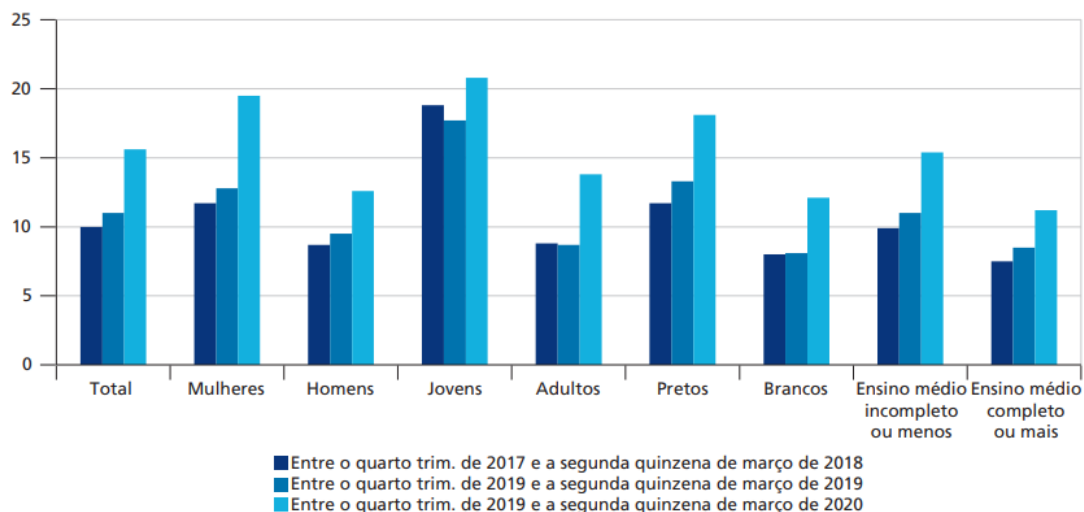
Como era de se esperar, as medidas de distanciamento social adotadas pelo governo brasileiro, aliadas à rápida propagação do vírus, o desequilíbrio de mercado determinado pela redução da produtividade de vários setores da economia, pelas reduções no quadro de colaboradores, e entre outras variáveis, afetaram em larga escala o mercado de trabalho do Brasil (MATTEI; HEINEN, 2020).



Após a declaração de estado de calamidade pública, algumas medidas foram adotadas pelo governo com o intuito de reduzir os graves impactos negativos relativos a este mercado. Entre elas estão, a distribuição de um crédito de R\$ 600 reais para pessoas de baixa renda, visando atingir principalmente os desempregados, autônomos e trabalhadores informais; e a flexibilização ou suspensão da carga horária de trabalho temporariamente, com o objetivo de evitar um aumento no número de demissões. Porém, as medidas de caráter mitigatório não foram suficientes, e na prática houve um agravamento do nível de desigualdade social e redução do bem estar populacional, representados pela grande quantidade de demissão de grupos que carregam historicamente uma marca discriminatória dentro do mercado de trabalho (MATTEI; HEINEN, 2020).

Para fins de comparação, o Gráfico 3 a seguir, demonstra um panorama das classes que compõem o mercado de trabalho, mais afetadas, isto é, os que perderam o emprego, ou que foram para fora da força de trabalho, entre os anos de 2018 até a segunda quinzena de março de 2020. É importante salientar que a segunda quinzena de março representa o período onde deu-se início a adoção das medidas de restrição (BARBOSA; COSTA; HECKSHER, 2020).

Gráfico 3 – Perda Ocupacional Por Características Individuais (2018 - 2020)  
em (%)



Fonte: Barbosa, Costa e Hecksher (2020 p. 59)

Os demais mercados que compõem a economia também foram afetados pela crise, porém, as variações conjunturais, isto é, rotineiras, nos níveis de oferta e

demanda por produtos e serviços, dificultam uma análise precisa sobre os impactos decorrentes da pandemia. No entanto, pôde-se observar um aumento de preços em alguns produtos específicos dentro de um intervalo de tempo, desde a chegada do vírus no Brasil, como as frutas e legumes, por exemplo. A construção do desequilíbrio de mercado após a pandemia, decorreu principalmente do fato de que as pessoas, em geral, perderam poder aquisitivo, e que as empresas estão tendo dificuldades de manter o nível de plena produção (FARIA, 2020).

Observando isso, entende-se que a crise afeta a economia de forma despadronizada, quer dizer, algumas áreas são mais afetadas que outras, e os cenários podem mudar repentinamente. Tendo isso em vista, o próximo subtópico discutirá a lógica pela qual alguns setores da economia sofreram mais que outros, bem como, a ordenação entre os que foram mais impactados.

### **2.2.2 Setores Mais Atingidos**

Em setembro de 2020, o Ministério da Economia divulgou uma lista demonstrando os setores da economia que sofreram mais impacto com a chegada da pandemia. A pesquisa foi feita com o objetivo de elencar em uma ordem prioritária os setores que precisam de suporte governamental através do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (ALVARENGA, 2020).

O desenvolvimento da lista levou em consideração alguns critérios, foram esses, o faturamento dos setores, a relevância do setor frente a economia nacional, e a margem de cada setor. Portanto, a lista segue a seguinte ordem, (I) Atividades artísticas, criativas e espetáculos; (II) Transporte aéreo; (III) Transporte ferroviário e metroferroviário de passageiros; (IV) Transporte interestadual e intermunicipal de passageiros; (V) Transporte público urbano; (VI) Serviços de alojamento; (VII) Serviços de alimentação; (VIII) Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias; (IX) Fabricação de calçados e de artefatos de couro; (X) Comércio de veículos, peças e motocicletas (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

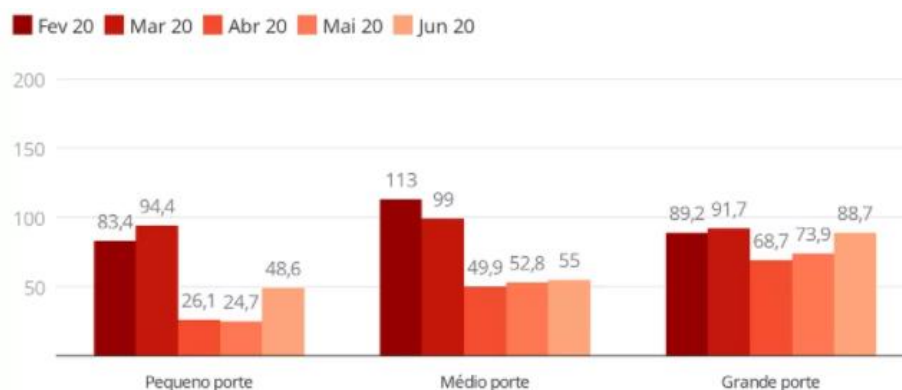
Compreendendo que cada setor da economia possui uma mecânica de trabalho divergente, faz-se importante identificar os impactos da pandemia sobre os pequenos negócios, trabalhadores informais e autônomos. Assim, no próximo tópico será visto a volatilidade, a qual, estes, são sujeitos, bem como, isto implica na economia nacional.

### 2.3 Impactos Sobre os Pequenos Negócios e Trabalhadores Informais

O contexto de crise tende a afetar o mercado de baixo para cima, se observado por uma perspectiva vertical. Os trabalhadores informais foram os primeiros a sentir os impactos decorrentes da pandemia, que logo em seguida atingiu os trabalhadores formais, e os pequenos negócios. Levando em consideração que as micro e pequenas empresas operam com uma margem menor de capital, quando comparadas a empresas de porte médio, ou grande, subentende-se que esta classe naturalmente é mais afetada por impactos econômicos. No cenário brasileiro, cerca de 99% do setor empresarial, é composto de micro e pequenas empresas, que são responsáveis pela geração de aproximadamente 52% dos empregos formais do setor privado (SILVA; SILVA, 2020).

O cenário econômico brasileiro já não era favorável para os pequenos empreendedores, trabalhadores autônomos e informais que operam com margem baixa. O empresário de pequeno porte no Brasil tende a possuir um perfil de pouca confiança em relação ao trabalho que presta frente ao cenário econômico que está inserido, quando observa-se em um contexto histórico. Além disso, este, geralmente sofre mais com a recuperação da curva da demanda, quer dizer, após um momento de instabilidade econômica, o pequeno empresário demora mais para reestruturar o seu negócio. E em linhas gerais, possuem uma maior dificuldade de acesso ao crédito, devido ao risco que expõem a instituição que empresta, por possuírem um faturamento relativamente baixo. O Gráfico 4 a seguir demonstra dentro de uma escala que vai de 0 a 200, o nível de demanda para empresas de pequeno, médio e grande porte, entre os meses de fevereiro e junho de 2020 (GERBELLI, 2020).

Gráfico 4 – Indicador de Demanda



Fonte: Gerbelli (2020)

De acordo com pesquisa desenvolvida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com o objetivo de identificar os impactos econômicos da Covid – 19 nos pequenos negócios, no momento em que a coleta de dados foi feita, isto é, entre 27 e 30 de julho de 2020, pode-se identificar uma relativa melhora em relação ao período pré-crise. O auxílio emergencial e a reabertura de alguns negócios que haviam sido fechados por determinação do governo, demonstraram uma leve recuperação econômica por parte dos pequenos empresários neste período, que precisaram se adaptar ao novo cenário. Além disso, a pandemia ocasionou um fenômeno de impacto significativamente positivo para o desenvolvimento econômico nacional, que foi a adoção de ferramentas digitais para auxiliar nos processos relativos aos negócios, principalmente para vendas (SEBRAE, 2020).

Através desse dimensionamento, percebe-se que as economias de regiões que possuem muitos trabalhadores informais, autônomos e pequenas empresas, foram largamente afetadas pela pandemia. A seguir, o próximo subtópico abordará a visão dos empresários de Pernambuco acerca do cenário de crise, bem como algumas medidas que foram adotadas na capital do estado, Recife, pela prefeitura, visando mitigar este contexto, para que se possa observar a percepção dos empreendedores locais sobre a situação.

#### **2.4 Cenário Econômico do Recife Frente a Covid – 19**

É relevante destacar que a grande maioria das pesquisas desenvolvidas sobre os impactos da Covid – 19 aos micros e pequenos empreendedores do Brasil, possuem dados relativamente semelhantes, o que demonstra que a classe possui basicamente as mesmas limitações, opera com uma quantia semelhante de recursos e reagem de forma parecida aos estímulos da crise. A Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, no período de 19 a 30 de março de 2020, fez uma pesquisa com mais de 500 empresários, dos quais 87,3% são micro e pequenas empresas e 76% das empresas participantes estão localizadas na Região Metropolitana do Recife, 20,7% no agreste, 9,3% no sertão e 8,3% na zona da mata do estado. O trabalho demonstra que 40% dos entrevistados acreditam que investir no desenvolvimento de novos produtos e serviços é a principal alternativa para acabar

com a crise, 60% acreditam que o melhor caminho a ser seguido é a criação de novos canais de vendas, e 22% defendem a utilização de novas tecnologias para otimização dos processos (ADDIPER, 2020).

Além disso, os empresários também responderam sobre as medidas que podem ser adotadas pelo governo visando auxiliar o grupo de pequenos empresários. 76,4% defendem a liberação de crédito, 70% gostaria de uma redução no pagamento de tributos, e 55,6%, votaram na redução dos juros. Vale salientar que os entrevistados puderam optar por mais de uma alternativa, por isso os percentuais não integram necessariamente 100% (ADDIPER, 2020). A prefeitura do Recife anunciou algumas medidas que foram adotadas para mitigar os impactos econômicos da pandemia sobre os pequenos negócios. A maioria destas, basearam-se na prorrogação do pagamento de impostos, como o adiamento do pagamento do Simples Nacional. A proposta beneficiou cerca de 19,5 mil micro e pequenas empresas, no período entre março e abril de 2021 (PREFEITURA DO RECIFE, 2021).

Por volta de maio de 2020, estima-se que a pandemia tenha gerado um impacto econômico de aproximadamente 890 milhões de reais para as contas públicas da cidade do Recife. Dos quais, 370 foram gastos em políticas de combate ao vírus, e de assistência social, e 520 representam uma queda de receita decorrida da redução da atividade econômica municipal (JATOBÁ, 2020).

Dimensionando então estes impactos, faz-se importante construir um panorama prévio da situação do Brasil quando a pandemia estiver controlada. Esta percepção é fundamental para todos os brasileiros, especialmente para os empresários, que precisam desenvolver um plano de recuperação para seu negócio. Portanto, no próximo tópico este cenário será abordado, levando em conta a situação atual do país.

## **2.5 Cenário Pós-Pandemia no Brasil**

Apesar da quantidade de casos ainda ser consideravelmente alta no Brasil, a partir de 2021 o cenário político-econômico do país tende a voltar-se para o estabelecimento de medidas visando uma retomada. A proposta do governo Bolsonaro para este ano de 2021 é, aquecer a economia nacional, desenvolvendo reformas que visem controlar os gastos e combater a má alocação de recursos públicos; estimular o mercado brasileiro, através de privatizações e concessões;

promover uma reforma tributária; conter e reduzir a taxa de inflação; manter a taxa de juros mais baixa, etc. (SILVA; SILVA, 2020).

Quanto mais rápido a pandemia for controlada, menos os impactos negativos tendem a ser percebidos no longo prazo. Porém, fatores culturais, como a corrupção historicamente presente no país, e o desalinhamento entre os agentes políticos e instituições, acabam retratando a superação da crise. E as consequências disso são, aumento no número de trabalhos informais, em decorrência do crescimento da taxa de desemprego, ampliação da pobreza e da desigualdade social (SILVA; SILVA, 2020).

Ainda que esteja nos planos do governo o controle e a contenção de gastos públicos, estes, fazem-se necessários para o desenvolvimento de alternativas de combate, mitigação dos efeitos da epidemia e retomada econômica. Considerando o investimento público em políticas de preservação de empregos, manutenção de renda, aumento do crédito para empresas e auxílios distribuídos à população, aos estados e municípios, na conjuntura fiscal em que o país se encontra, de elevado endividamento, corre-se o risco de a máquina pública passe apuros para se sustentar. Essa elevação contínua da dívida pública pode acabar afetando os investimentos do setor privado, o que provocaria a ampliação do cenário de crise, e uma maior dificuldade de retomada econômica (MAGALHÃES; CARDOSO, 2020).

O processo de retomada econômica do Brasil depende essencialmente de três fatores, são esses, (I) a distribuição da vacina, e as consequências disso; (II) recuperação dos postos de atividades laborais, formais e informais; e (III) a despoupança das famílias. Sobre o primeiro fator, apesar de a vacinação ter sido iniciada no país, a quantidade de vacinados ainda representa um número muito baixo quando comparada à taxa de pessoas que se contaminam com o vírus todo dia. Esse fato acaba determinando insegurança da população, que teme o colapso do sistema de saúde, um agravamento da crise econômica, a necessidade de adoção de novas medidas restritivas, etc. E isso acaba influenciando os demais fatores (DELIBERALLI, *et al*, 2021).

Os dois fatores seguintes estão relativamente relacionados. O estoque de bens e dinheiro foi e ainda está sendo uma realidade durante a pandemia. E essa questão fez-se presente, entre outros fatores, devido aos impactos da crise sobre o mercado de trabalho. Pode-se perceber que os três fatores seguem um contexto cronológico. A única alternativa desenvolvida até o momento para mitigar os impactos sanitários

da crise, foi a vacina. Portanto, um grande investimento na vacinação da população, tende a reduzir a taxa de mortalidade da doença, assim, possibilitando as pessoas de retornarem aos seus postos de trabalho, diminuindo a taxa de desemprego, e proporcionando uma retomada nos níveis de consumo, o que tende a influenciar o equilíbrio dos mercados (DELIBERALLI, *et al*, 2021).

A seguir será discutida a metodologia utilizada na construção do presente estudo, destacando os enquadramentos da pesquisa, assim como uma breve contextualização acerca da empresa utilizada como objeto de estudo, e das limitações do trabalho.

### 3 MÉTODO

Em relação à sua natureza, o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada. Isso significa que este tem a intenção de contribuir com o desenvolvimento de processos ou produtos orientados a mitigar uma demanda social (APPOLINÁRIO, 2015). Quanto à sua forma de abordagem, caracteriza-se como um estudo qualitativo, ou seja, quando é construído com riqueza de detalhes, trazendo informações não quantificáveis de forma estruturada e contextualizada (LAKATOS; MARCONI, 2017).

A pesquisa, quanto aos fins, caracteriza-se como um estudo exploratório e descritivo. No estudo exploratório busca-se investigar a existência de um fenômeno. É utilizado geralmente quando a pesquisa é desenvolvida acerca de algum assunto relativamente novo, ou que não se tem tanto conhecimento sobre. Já o estudo descritivo busca analisar determinado fenômeno e descrevê-lo, estabelecendo comparações ou não (PEREIRA, 2016).

Considerando os procedimentos metodológicos, foi adotada a pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica contribuiu para a construção do referencial teórico do trabalho. Trata-se de um estudo utilizando o ponto de vista de outros autores, que já dissertaram sobre o mesmo assunto anteriormente, como referência, para a construção de um raciocínio próprio. Portanto é comum consultas em livros, jornais, revistas, artigos científicos, etc. Dessa forma, o autor é responsável por contribuir, acrescentando o seu entendimento sobre o material já existente de determinado assunto (MARTINS; THEÓPHILO, 2016).

Além disso, a pesquisa utilizou como objeto de estudo, escolhido a partir dos critérios de acessibilidade e conveniência, a microempresa Studio Platão. Esta atua no ramo de serviços fotográficos desde 1985, e fica localizada no bairro de Casa Amarela, um dos principais bairros comerciais da cidade do Recife. Atualmente possui dois funcionários, a proprietária também trabalha na parte operacional do negócio, além de gerir a empresa, e seu filho a auxilia na gestão da organização, totalizando quatro pessoas.

Como instrumento de levantamento de dados, aplicou-se uma entrevista semiestruturada, orientada por um roteiro com 7 perguntas abertas (APÊNDICE A). A entrevista semiestruturada, despadronizada ou livre, é desenvolvida a partir de questões abertas, que podem ser excluídas ao longo do processo por não fazerem



sentido, assim como, questões oportunas também podem ser acrescentadas. O entrevistador é responsável pela condução da entrevista de modo a dar sentido à essência desta, possuindo a liberdade de alterar o roteiro quando julgar necessário. As questões levantadas pelo entrevistado também são levadas em consideração, este, pode sugerir o acréscimo ou a retirada de pautas, assim como o entrevistador (MICHEL, 2015). A entrevista foi realizada no dia 24 de maio de 2021, via *WhatsApp*, em um horário preestabelecido. A análise e discussão dos resultados foi construída a partir da comparação e confronto dos dados obtidos com a literatura abordada no referencial teórico do presente estudo.

O gestor entrevistado é o filho da proprietária da empresa, este, tem 22 anos de idade, atualmente está cursando administração de empresas, e está à frente da gestão da organização desde 2018.

Registra-se como limitações do trabalho, o tempo, considerando os prazos acadêmicos, o que impossibilitou uma análise mais profunda do tema desenvolvido no estudo; o contexto de pandemia, que impediu que a entrevista fosse feita presencialmente por questões de segurança; e ainda o fato de se dispor de uma quantidade limitada de material escrito sobre as consequências da pandemia da Covid-19 para ser utilizado como referência, considerando que este é um problema social recente e ainda vivenciado no presente momento.

## 4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Buscando uma observação mais criteriosa e mais prática, em um primeiro momento, foi questionado ao gestor da empresa objeto de estudo, se o isolamento social havia impactado de alguma forma as atividades do seu negócio, e por quanto tempo. Este, então, respondeu que precisou fechar a empresa entre os dias 22 de março e 15 de junho de 2020, pois seguia uma determinação do governo, de fechar todas as empresas, cujos serviços não são considerados essenciais.

Nota-se que em uma tentativa desesperada do governo de conter a propagação do vírus, diversas empresas precisaram fechar, pois acreditava-se que através do isolamento social, quer dizer, a redução do número de pessoas em áreas comerciais, shopping, galerias, etc., a crise sanitária poderia ser controlada. (SILVA, SILVA, 2020). Porém, em uma discussão com o gestor, este, afirmou que, na prática observou diversos negócios que deveriam estar fechados, funcionando, de forma clandestina, recebendo os clientes com as portas fechadas, discretamente. Ou seja, as medidas adotadas pelo governo, não foram completamente respeitadas, e deu-se início a um caos social (CONTI, 2020).

Isto aconteceu pois como já dito anteriormente no trabalho, grande parte das empresas que compõem a economia brasileira, são micro e pequenas empresas, que operam com um faturamento relativamente baixo. E esses empresários sentem um impacto financeiro demasiadamente grande por perderem um único dia de faturamento (GERBELLI, 2020). Por isso que, de acordo com o gestor da Studio Platão, no bairro em que sua empresa está inserida, que é um bairro de forte comércio na cidade do Recife, notou-se que muitos destes empresários simplesmente ignoraram as determinações do governo. Dado esse desalinhamento entre as medidas impostas pelo governo, e a percepção dos pequenos empresários sobre estas, pôde-se observar um crescente avanço da crise econômica vivida pelo país, representado pela elevação da taxa de desemprego, ampliação da desigualdade social, etc. (MATTEI; HEINEN, 2020).

Em seguida, o gestor foi questionado acerca de possíveis fiscalizações por parte do governo, no bairro em que estão inseridos. Este, então, respondeu que apenas ficou sabendo que houve fiscalização em lojas de maior porte. Mas depois de retornar às atividades, não recebeu fiscal algum, nem orientação individual. Relacionando essa informação com a primeira questão, pode-se ver que a falta de

uma fiscalização intensificada nos bairros comerciais, e em empresas de micro e pequeno porte, colaboraram com a desordem do momento. Alguns consumidores não sabiam como agir frente à situação, e os empresários que conseguiram burlar as medidas governamentais, se aproveitaram do momento. Percebe-se então, na prática, a origem da crise comportamental, citada no tópico 2.4 deste trabalho (CONTI, 2020).

Dando continuidade perguntou-se ao gestor se a doença havia atingido diretamente o quadro de colaboradores da empresa. E respondeu que duas funcionárias suspeitaram que estivessem com o vírus, durante o período em que a empresa estava fechada. Então as duas funcionárias foram afastadas para que o governo arcasse com o salário das duas. Depois que a empresa voltou a funcionar, e as funcionária retornaram, estas, passaram a trabalhar com uma carga horária flexibilizada, em uma alternância de 15 dias de trabalho e 15 dias em casa.

Faz-se evidente nessa situação, que uma política macroeconômica, proposta pelo governo federal, ajudou a empresa durante esse período. Se o governo não se propusesse a arcar com os salários de trabalhadores como estes, que precisaram ser afastados, por motivos de doença, em um período crítico da economia, no qual grande parte das empresas não podiam sequer funcionar, muitas destas teriam falido. (MATTEI; HEINEN, 2020).

Outro ponto levantado na entrevista, foi acerca do impacto financeiro sobre o faturamento da empresa durante o período de pandemia. O gestor respondeu que, em linhas gerais, houve uma queda no faturamento durante o período de pandemia, e no momento em que precisam fechar completamente, o faturamento foi reduzido a zero. Era evidente que, em meio à crise, que atingiu três campos sociais, o comportamental, o econômico e o sanitário, o faturamento da maioria dos negócios sofreriam com estímulos negativos, principalmente, se tratando de micro e pequenas empresas.

As empresas que tiveram a possibilidade de migrar para o atendimento virtual, conseguiram se adequar mais facilmente ao momento. Porém, é difícil adaptar uma empresa do setor de serviços fotográficos, pois grande parte dos serviços prestados por estes, são feitos presencialmente, como os registros de fotos 3x4 para documentos ou demais fins, por exemplo. E fica muito custoso contratar um serviço de entrega, em um momento em que a empresa está extremamente prejudicada financeiramente, para dar continuidade às vendas dos produtos, como as molduras e porta-retratos (SEBRAE, 2020).

Prosseguindo com o questionário, o gestor respondeu sobre as medidas de gestão adotadas com o objetivo de adequar o negócio às recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde (OMS). Sobre isso, o gestor afirmou que distribuíram máscaras para todos os funcionários, álcool em gel na entrada da loja, bem como colocou um aviso na loja, alertando sobre a obrigatoriedade do uso da máscara no interior do ambiente. Além disso precisou interditar uma área destinada à espera de atendimento, para evitar aglomerações, e proibiu a entrada de clientes na área da revelação de fotos, pois, esta, é fechada, para utilização do ar-condicionado. Pode-se perceber que inicialmente, a OMS e o Ministério da Saúde brasileiro se preocuparam em estudar as alternativas que os empresários poderiam utilizar para não interromperem o funcionamento das atividades (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

A sexta pergunta foi relacionada ao reflexo das medidas do governo sobre o negócio da empresa. O gestor disse que notaram impactos negativos, por consequência destas, mas também foram beneficiados em alguns sentidos. Destacaram o momento em que se determinou o *lockdown*, como sendo a medida que mais impactou negativamente a empresa. Porém, a flexibilização da carga horária dos funcionários foi algo que ajudou bastante no contexto em que estava inserido. E acredita que o auxílio emergencial também foi fundamental, pois a partir do momento que este foi distribuído, houve uma significativa recuperação financeira da empresa, podendo comparar o faturamento com o período anterior à pandemia. No mais, não optou pela contração de crédito, pois tinha uma reserva de capital que foi usada para manter o funcionamento das atividades (SEBRAE, 2020).

Neste cenário, pode-se enxergar a volatilidade, a qual, as micro e pequenas empresas estão sujeitas. Uma proposta do governo pode influenciar a economia de determinadas regiões, de modo em que as empresas que operam com margem baixa, simplesmente não tenham o que fazer senão declarar falência. Em contrapartida, foi demonstrado que algumas políticas foram fundamentais para manter o pleno funcionamento do negócio (GERBELLI, 2020).

Por fim, a última pergunta foi sobre as perspectivas acerca do cenário pós-pandemia, e os planos de reestruturação da empresa. O empreendedor respondeu que é difícil fazer um planejamento a longo prazo, pois teme novos fechamentos, e é um momento perigoso para fazer grandes investimentos. Porém, acredita que quando grande parte da população do estado de Pernambuco estiver vacinada, irá investir no

desenvolvimento de novos produtos. Dessa maneira, a empresa enquadra-se dentro do grupo de empresários que acredita que a inovação na prestação de serviços e na criação de novos produtos, é o melhor caminho, para a recuperação financeira (ADDIPER, 2020).

Além disso, vê-se na prática, a insegurança que influencia a gestão dos empresários no Brasil como um todo. Insegurança esta, que é reflexo de tudo que ocorreu até o presente momento, e da percepção sobre a construção do cenário futuro, que leva em consideração, a postura da gestão federal, estadual e municipal. No mais, de fato, torna-se complexo para a empresa, fazer um grande investimento, levando em consideração que o Brasil ainda vivencia um grave contexto de crise, e o processo de vacinação está ocorrendo de forma muito lenta. Processo que é imprescindível para a retomada econômica do país, e para a tomada de decisões em curto prazo dos empresários (DELIBERALLI, *et al*, 2021).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo identificar os impactos econômicos causados pela pandemia da Covid-19 nas micro e pequenas empresas na cidade de Recife, Pernambuco. Para atingir esse objetivo, foi feita uma revisão literária de livros, revistas, jornais e artigos científicos acerca do assunto, além utilizar a Studio Platão, microempresa localizada na cidade, como objeto de estudo. Com a pesquisa percebeu-se que períodos de instabilidade econômica impactam demasiadamente os micros e pequenos empresários. Estes impactos podem partir de medidas tomadas pelo governo, ou em consequência do desequilíbrio de mercado acentuado em contextos de crise.

Pôde-se observar que os setores da economia mais abalados com a chegada da pandemia, foram aqueles que proporcionam ou até dependem da aglomeração de pessoas para que se dê a prestação de serviços. Isto é, atividades artísticas; grande parte dos modais de transporte, como transporte o transporte público urbano, e o aéreo, por exemplo; serviços de alojamento, entre outros.

Viu-se que a crise da Covid-19 trouxe impactos em três diferentes campos da sociedade, comportamental, sanitário e econômico. O comportamental deu-se pela mudança de padrão de comportamento exigida pelo governo, como o uso de máscara, e a implementação de medidas de isolamento social, por exemplo. Isso, afetou diretamente a rotina da população brasileira. O sanitário, deu-se em consequência da rápida propagação do vírus, e abalou gravemente o sistema de saúde do Brasil. E o econômico, que sofreu por influência dos demais, pois o contexto acentuou uma crise já existente no país. Percebeu-se isso, com o aumento no índice de desemprego, especialmente de grupos que são historicamente prejudicados, elevação na taxa de preço de alguns produtos, e pelo agravamento do nível de desigualdade social.

Observando o contexto regional da cidade do Recife, constatou-se que a pandemia trouxe um impacto financeiro de cerca de 890 milhões de reais, até maio de 2020. Dos quais, 520 milhões de reais, são reflexo de uma queda da atividade econômica municipal. Essa informação demonstra que o cenário econômico regional foi amplamente prejudicado. Este prejuízo foi visto na prática através da pesquisa desenvolvida na empresa objeto de estudo. Por meio desta, notou-se que o governo propôs medidas que beneficiaram e outras que atrapalharam a prestação de serviços das micros e pequenas empresas. O plano de flexibilização de carga horária dos

colaboradores, e a determinação do fechamento das empresas que não desenvolvem serviços considerados essenciais, são respectivamente exemplos disso.

Além disso, pôde-se ver que não houve um intenso processo de fiscalização do governo, portanto, os micros e pequenos empresários que estavam desesperados com o fechamento de seus negócios, desobedeceram a determinação. Tal comportamento refletiu em uma desorganização, que prejudicou a atividade empresária, bem como, trouxe ineficiência para o projeto de fechamento de empresas, que visava mitigar a taxa de contágio da Covid-19 na cidade.

Entende-se que este trabalho pode fomentar estudos futuros, que analisem de forma aprofundada o desenvolvimento de um plano de gestão para o cenário pós-pandemia no Brasil; bem como estudos sobre a influencia do estudo da administração ou da economia sobre a gestão dos pequenos negócios, analisando um número maior de empresas e entrevistados.

## REFERÊNCIAS

AD Diper. **Pesquisa aponta que empreendedores pernambucanos apostam em novos canais de venda para superar a crise gerada pelo coronavírus.**

Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1 de abril de 2020.

Disponível em: <<https://www.addiper.pe.gov.br/index.php/pesquisa-aponta-que-empresarios-pernambucanos-apostam-em-novos-canais-de-venda-para-superar-a-crise-gerada-pelo-coronavirus/>> Acesso em: 5 mai. 2021.

ALÉM, Ana. **Macroeconomia** - Teoria e Prática no Brasil. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595152083/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

ALVARENGA, Darlan. **Ministério da Economia publica lista de setores mais afetados pela pandemia; veja ranking.** G1, 2020. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/15/ministerio-da-economia-publica-lista-de-setores-mais-afetados-pela-pandemia.ghtml>> Acesso em: 3 mai. 2021.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia Científica.** São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122424/>. Acesso em: 2 jun. 2021.

ASAI, Guilherme; CÔRREA, Alexandre de Souza. **Economia brasileira em crise: perspectivas dos gastos governamentais e seus impactos no crescimento econômico e no bem-estar social pós-crise da Covid-19.** 2020. Disponível em:

<<https://brsa.org.br/wp-content/uploads/wpcf7-submissions/1552/EGC-restric%C3%A7%C3%A3o-de-consumo.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2021.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; COSTA, Joana Simões; HECKSHER, Marcos. **Mercado de trabalho e pandemia da Covid-19: ampliação de desigualdades já existentes?** 2020. Disponível em:

<[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10186/1/bmt\\_69\\_mercdetrabalho.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10186/1/bmt_69_mercdetrabalho.pdf)> Acesso em: 1 mai. 2021.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de. **Microeconomia Essencial.** São Paulo: Editora Saraiva, 2015. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502634534/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

CONTI, Thomas V. **Crise Tripla do Covid-19: um olhar econômico sobre políticas públicas de combate à pandemia.** Thomas V. Conti, 2020. Disponível em:

<<http://thomasvconti.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Conti-Thomas-V.-2020-04-06.-Crise-Tripla-do-Covid-19-olhar-econ%C3%B4mico-sobre-as-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-de-combate-%C3%A0-pandemia.-Texto-para-discuss%C3%A3o.-Vers%C3%A3o-1.1.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2021.



DELIBERALLI, Priscila *et al.* Expectativas 2021: **Recuperação e Crescimento pós-Covid19**. SAFRAESPECIAL Análise Macroeconômica, 8 de janeiro de 2021. Disponível em:

<[https://www.safracom.br/data/files/9F/F0/EC/4E/1E7F6710BA69E327E42EF9C2/\\_202101\\_SafraEspecial.pdf](https://www.safracom.br/data/files/9F/F0/EC/4E/1E7F6710BA69E327E42EF9C2/_202101_SafraEspecial.pdf)> Acesso em: 10 mai. 2021.

FARIA, Weslem. **A Pandemia Econômica**. Jornal da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/noticias/2020/04/02/a-pandemia-economica/>> Acesso em: 2 mai. 2021.

GARÓFALO, Gilson de Lima. **Fundamentos de Teoria Microeconômica Contemporânea**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. 9788597008685. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008685/>. Acesso em: 10 abr. de 2021.

GARRATT, Dean. **Macroeconomia** - Série Express. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502635043/>. Acesso em: 25 abr. 2021.

GERBELLI, Luiz Guilherme. **Pequenas empresas do comércio são as mais afetadas pela crise e têm recuperação lenta**. G1 – Globo, 21 de julho de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/21/pequenas-empresas-do-comercio-sao-as-mais-afetadas-pela-crise-e-tem-recuperacao-lenta.ghtml>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

GOOLSBEE, Austan; LEVITT, Steven; SYVERSON, Chad. **Microeconomia, 2ª edição**. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016987/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

GUIMARÃES, Edson Peterli. **Fundamentos da Macroeconomia**. São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788562937385/>. Acesso em: 16 mar. 2021.

JATOBÁ, Matheus. **Pandemia gera impacto de R\$ 890 milhões na economia do Recife** - Contas públicas da Prefeitura sofreram queda de receita de R\$ 520 milhões e a projeção de novas despesas com saúde é de mais R\$ 370 milhões. Folha de Pernambuco, 6 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/economia/pandemia-gera-impacto-de-r-890-milhoes-na-economia-do-recife/139499/>> Acesso em: 6 mai. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico, 8ª edição**. São Paulo: Grupo GEN, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012408/>. Acesso em: 23 Jun. 2021.

LOPES, Luiz Martins *et al.* **Macroeconomia** - Teoria e Aplicações de Política Econômica, 4ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597017564/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

MAGALHÃES, Graziella; CARDOSO, Leonardo Chaves Borges. **Efeitos econômicos e distributivos da pandemia de coronavírus no Brasil**. Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural, Viçosa, Minas Gerais, Brasil, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/rea/article/view/10605>> Acesso em: 18 abr. 2021.

MANKIWI, N. Gregory. **Macroeconomia**. São Paulo Grupo GEN, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027594/>. Acesso em: 16 mar. 2021.

MANKIWI, N. Gregory. **Princípios de Microeconomia**. Tradução da 6ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522116263/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas, 3ª edição**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597009088/>. Acesso em: 2 jun. 2021.

MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente Loeblein. **Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro**. Brasil. J. Polit. Econ. , São Paulo, v. 40, n. 4, pág. 647-668, dezembro de 2020. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572020000400647&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572020000400647&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 mai. 2021.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais, 3ª edição**. São Paulo: Grupo GEN, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-970-0359-8/>. Acesso em: 2 jun. 2021.

MILTONS, Michele Merética. **Col. Diplomata - Microeconomia, 1ª edição**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502623958/>. Acesso em: 27 mar. 2021.

MILTONS, Michele Merética. **Col. Diplomata - Macroeconomia, 1ª edição**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502635685/>. Acesso em: 18 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Ministério da Economia divulga lista dos setores mais afetados pela pandemia da Covid - 19 no Brasil: O levantamento visa orientar instituições financeiras acerca dos setores mais impactados.** 15 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/setembro/ministerio-da-economia-divulga-lista-dos-setores-mais-afetados-pela-pandemia-da-covid-19-no-brasil>. Acesso em: 16 mar. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resposta nacional e internacional de enfrentamento ao novo coronavírus.** 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo/>. Acesso em: 16 de mar. 2021.

PEREIRA, José Matias. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica.** São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>. Acesso em: 4 jun. 2021.

PREFEITURA DO RECIFE. **Prefeitura do Recife anuncia novas medidas de apoio ao setor econômico durante a pandemia.** 26 de março de 2021. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/26/03/2021/prefeitura-do-recife-anuncia-novas-medidas-de-apoio-ao-setor-economico-durante>> Acesso em: 5 mai. 2021.

SAMPAIO, Luiza. **Macroeconomia esquematizado.** São Paulo: Editora Saraiva, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547230005/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

SEBRAE. **Impactos da Covid-19 nos pequenos negócios** - resumo setorial da pesquisa com empresários. 6ª EDIÇÃO, 18 de agosto de 2020. Disponível em: <[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/a9b9bb501c8904a780096e107a93aeace/\\$File/19680.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/a9b9bb501c8904a780096e107a93aeace/$File/19680.pdf)> Acesso em: 5 mai. 2021.

SEBRAE. **Pesquisa com empresários: impactos da covid-19 nos pequenos negócios.** Minas Gerais, 2020. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/26395e8d6cdfaad19dd180ac3d994b80/\\$File/19406.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/26395e8d6cdfaad19dd180ac3d994b80/$File/19406.pdf). Acesso em: 16 mar. 2021.

SILVA, Daniele Fernandes da. **Fundamentos de economia.** Rio Grande do Sul: Grupo A, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028333/>. Acesso em: 25 abr. 2021.

SILVA, F.P.M.D.; BIRNKOTT, A.D.; LOPES, J.G.D. **Economia política.** Rio Grande do Sul: Grupo A, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024083/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

SILVA, Mygre Lopes da; SILVA, Rodrigo Abbade da. **Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do Covid-19: Impactos e reflexões**. Universidade Federal De Santa Maria, 2020. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discuss%C3%A3o-07-Economia-Brasileira-Pr%C3%A9-Durante-e-P%C3%B3s-Pandemia.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2021.

VARIAN, Hal. **Microeconomia** - Uma Abordagem Moderna. São Paulo: Grupo GEN, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595155107/>. Acesso em: 11 abr. 2021.

VASCONCELLOS, M. A. S.; JÚNIOR, R. T.; SAKURAI, S. N. **Economia Fácil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502634473/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

VASCONCELLOS. **Economia: Micro e Macro**. São Paulo: Grupo GEN, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597003505/>. Acesso em: 03 abr. 2021.

VASCONCELLOS. M A. S.; GAMBOA, U. M. R. de; TUROLLA, F. A. **Macroeconomia para gestão empresarial**, 1ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547211110/>. Acesso em: 16 mar. 2021

## APÊNDICE A – Guia de Entrevista

1. A empresa precisou fechar, se sim, por quanto tempo?
2. O governo fiscalizou a empresa de alguma forma durante o período em que se estabeleceram as medidas restritivas?
3. Alguém da empresa adoeceu de Covid-19?
4. Percebeu-se um impacto no faturamento no período da pandemia?
5. Algum funcionário precisou ser afastado, demitido, ou teve sua carga horária de trabalho reduzida? Além disso, quais outras estratégias de gestão foram utilizadas durante o período de pandemia? Algum processo mudou, foi automatizado, ou algo do gênero?
6. As medidas do governo afetaram o seu negócio? Se sim, positiva ou negativamente? Quais medidas especificamente? (medidas de combate a pandemia, como o lockdown. E medidas de suporte, como o crédito para pequenos negócios)
7. A empresa já tem uma projeção de como será o cenário pós-pandemia?